

DOSSIÊ

O FEMININO NO “LIVRO DE REPÓRTER”:

uma mirada epistemológica de gênero sobre as práticas jornalísticas¹

Copyright © 2018
SBPjor / Associação
Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo

MARCIA VEIGA DA SILVA

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo – RS, Brasil
ORCID: 0000-0002-8023-2180

BEATRIZ MAROCCO

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo – RS, Brasil
ORCID: 0000-0003-3914-1217

DOI: <https://doi.org/10.25200/BJR.v14n1.2018.1029>

RESUMO - Este artigo é parte dos movimentos exploratórios de pesquisa de pós-doutorado. A partir dos depoimentos das jornalistas Eliane Brum, Fabiana Moraes e Alexandra Lucas Coelho, autoras de livros de repórter que integram o rol dos sujeitos e o *corpus* de pesquisa, encontramos pistas das ações de resistência ao modo de objetivação jornalística. Neste exercício reflexivo, o jornalismo é observado pelo prisma de gênero, focalizando nos discursos das repórteres sobre as práticas profissionais que subvertem as lógicas masculinistas dominantes e elaboram uma exegese do saber jornalístico. Um conjunto de práticas foi identificado como fazendo emergir o feminino interditado e inferiorizado nas hierarquias de valores do jornalismo. Sugere lentes mais complexas pelas quais a realidade e os sujeitos podem ser observados; demonstra a incapacidade da objetivação jornalística, forjada no século XIX, para uma leitura do mundo no século XXI. Dá fôlego para que se pensem os novos e necessários óculos a serem utilizados nas práticas jornalísticas e para a crítica do jornalismo.

Palavras-chave: Livro de Repórter; Práticas Jornalísticas; Gênero.

LO FEMENINO EN EL “LIBRO DE REPORTERO”:

una mirada epistemológica de género sobre las prácticas periodísticas

RESUMEN - Este artículo hace parte de los movimientos exploratorios de una investigación postdoctoral. A partir de los testimonios de las periodistas Eliane Brum, Fabiana Moraes y Alexandra Lucas Coelho, autoras de libros de reportero, que forman parte del elenco de sujetos y el *corpus* de investigación, encontramos pistas de las acciones de resistencia al modo de objetivación periodística. En este ejercicio reflexivo, el periodismo es observado por la parcialidad de género poniendo en relieve los discursos de las reporteras-autoras sobre las prácticas profesionales que subvierten las lógicas masculinistas dominantes y elaboran una exegesis del saber periodístico. Un conjunto de prácticas fue identificado como responsable por la emergencia del femenino interditado e inferior en las jerarquías de

valores del periodismo. Indica lentes más complejas a través de las cuales la realidad y los sujetos pueden ser observados; demuestra la incapacidad de la objetivación periodística, forjada en el siglo XIX, para una lectura del mundo en el siglo XXI. Sugiere que se piense las nuevas y necesarias lentes para las prácticas periodísticas y para la crítica del periodismo.
Palabras clave: Libros de reportero; Prácticas periodísticas; Género.

THE FEMININE IN THE “REPORTER BOOK”: An epistemological view on gender and journalistic practices

ABSTRACT - This article is part of an exploratory movement from a post-doctoral study. Statements taken from interviews with Eliane Brum, Fabiana Moraes and Alexandra Lucas Coelho, authors of reporter books who integrate the role of subjects and the research corpus, revealed actions of resistance towards the form of journalistic objectification. Journalism was observed through the prism of gender, focusing on discourses from reporters on professional practices that subvert the dominant masculine logic and elaborate an interpretation of journalistic knowledge. A set of practices emerge, identified as feminine, which are inhibited and diminished in the hierarchies of journalistic values. It provides a more complex lens for observing reality and subjects; it demonstrates the inability of journalistic objectification, forged in the nineteenth century, for reading in the twenty-first century world. It suggests thinking about new and necessary eyes through which to see journalistic practices and the criticism of journalism.

Key words: Reporter book; Journalistic practices; Gender.

Introdução

Uma região privilegiada para a análise da prática jornalística pode ser esboçada no “livro de repórter” (Marocco, 2010 2011; 2012; 2015; 2016). O conceito, formulado a partir das regularidades que foram se acumulando nos exemplares examinados durante a pesquisa “O controle discursivo que toma forma e circula nas práticas jornalísticas”, foi a base definidora do *corpus* da pesquisa de pós-doutorado em desenvolvimento³, da qual este artigo apresenta alguns movimentos exploratórios. Partindo do levantamento realizado por Marocco (2010), as obras produzidas contemporaneamente por repórteres-autores(as) vêm sendo esquadrihadas a fim de identificar, de acordo com os objetivos da investigação em curso, práticas jornalísticas mais afeitas ao encontro com as alteridades. No escrutínio destes livros, uma saliência ficou evidenciada. Um grupo de jornalistas mulheres, cuja proximidade era o feminino – para além de suas identidades de gênero – compartilhava um modo de objetivação jornalística que provoca uma subversão das lógicas moderno-positivistas-masculinistas do

jornalismo (Veiga da Silva, 2015). No exercício reflexivo aqui proposto, partindo dos depoimentos de três autoras, o jornalismo será observado pelo prisma de gênero, focalizando um conjunto de práticas, expressas também em seus respectivos livros de repórter, sobre o qual operamos uma análise enunciativa.

Com base na proximidade que se manifesta neste achado, em relação a uma mirada de gênero, tomamos de empréstimo as lentes da crítica feminista à ciência para analisar as ações de Eliane Brum⁴, Fabiana Moraes⁵ e Alexandra Lucas Coelho⁶ – expoentes do jornalismo brasileiro e lusitano, reconhecidas por suas trajetórias tanto na chamada imprensa tradicional quanto na literatura. Partindo das reflexões feitas nos livros que publicaram e referidas quando foram entrevistadas como interlocutoras da pesquisa de Marocco (2012)⁷, organizamos um mosaico de elementos em que as três subvertem as lógicas dominantes e elaboram uma exegese do saber jornalístico no âmbito dos livros de repórter.

Gênero é aqui compreendido numa perspectiva epistemológica, perpassada pelo conceito de poder (Scott, 1990; Bonetti, 2011). Por este prisma conceitual, gênero “perpassa e marca as mais diversas ações sociais, não se restringindo, portanto, à relação corpo biológico-sexo-gênero, antes, abarca e dota de sentido a organização da vida social” (Bonetti, 2011, p. 62). Assim, o jornalismo será observado pelo prisma de gênero, focalizando um conjunto de práticas expressas nos livros de repórter, que sugerem uma ruptura com determinados regimes de verdade que historicamente circunscrevem o jornalismo como masculinista, moderno e positivista.

Masculino, o gênero do jornalismo

O jornalismo hegemônico, como um produto do século XIX, é parte do que Foucault denominou episteme, um sistema coerente de ideias e valores formulados pelo conjunto dos contextos discursivos que servem como matriz das formas coletivas de representação da realidade (Crespi & Fornari, 2000). Situado numa racionalidade cujas origens remetem ao paradigma Moderno, o jornalismo pode ser pensado por analogia com os modos de produção do conhecimento científico, conhecimento este não apenas compreendido de forma moderno-positivista-iluminista, que estaria nas bases do modo de

objetivação jornalística e no delineamento de suas práticas, mas também como parte de um sistema-mundo capitalista e masculinista (Grofoguél, 2012). A partir de uma mirada epistemológica de gênero, através da crítica feminista à ciência, há um caminho para refletir sobre as bases da racionalidade predominante no jornalismo contemporâneo e, igualmente, para perceber as resistências dentro do campo.

Nas bases da racionalidade moderno-positivista, que serviu (e ainda serve) como um modelo totalitário que pauta princípios epistemológicos e regras metódicas para a validação dos conhecimentos que se pretendem verdadeiros, encontram-se pistas de onde o jornalismo se organizou para produzir conhecimentos sociais e se credenciar como conhecimento credível junto à sociedade (Veiga da Silva, 2015). Os modos de produção das notícias – em especial as práticas, a cultura profissional – entram em confluência com os modos de produção da ciência, sobretudo, como diz Ijuim (2013), pela inspiração nos modos de captar e “discursivisar” a realidade com o intuito de agregar valor de verdade aos saberes construídos. Além disso, “o positivismo é a vertente que influencia [no jornalismo] a ascensão da objetividade e analogias do exercício de apuração e redação ao método científico” (Pontes, 2010, pp. 3-4).

Os fundamentos da objetividade jornalística aproximam-se das visões científicas que, na “busca pela ‘objetividade’ [...] tentam garanti-la por meio de um delineamento reducionista” (Silvino, 2007, p. 286), dentro de um sistema de pensamento binário, que expressa o apartamento da subjetividade em todos os procedimentos que delimitam a prática e forjam a retórica da impessoalidade como própria do “bom jornalismo”. A aproximação do jornalismo com a ciência se deu também com o intuito de “ganhar o reconhecimento da sociedade, não mais como um discurso de impressões e opiniões de jornalista sobre o cotidiano, mas como um discurso ‘objetivo’, ‘neutro’” (Marocco, 2011, p. 4). Desta forma, se expressa impregnado por uma estrutura de pensamento dominante:

Prenhe da razão dualista, cartesiana, característica do pensamento iluminista, tal estruturação é baseada numa lógica binária, construída a partir de pares de opostos, por exemplo: sujeito/objeto, mente/corpo, razão/emoção, objetividade/subjetividade, transcendente/imanente, cultura/natureza, ativo/passivo etc. (Sardenberg, 2002, p. 95).

Os fundamentos do bom jornalismo, inspirados nos fundamentos do cientificismo, se constituíram, também, de

acordo com a normatividade social hierárquica que, numa analogia de gênero, aproxima do poder e do prestígio os atributos convencionados como masculinos:

Para as feministas, o ponto chave é que essas dicotomias se constroem, em analogia, com base nas diferenças percebidas entre os sexos e nas desigualdades de gênero. Assim, os conceitos de sujeito, mente, razão, objetividade, transcendência, cultura, dentre outros, que estruturam os princípios da Ciência Moderna, foram identificados com o “masculino”, ao passo que os demais termos das dicotomias – objeto, corpo, emoção, subjetividade, imanência, natureza, etc., sobre os quais os primeiros se impõem hierarquicamente – fazem parte do que historicamente se constituiu como “feminino” (Lloyd, 1996). Em outras palavras, tal qual sugeriu Joan Scott (1988), também nas construções científicas as categorias de gênero aparecem como instrumentos de representações do poder (Sardenberg, 2002, p. 96).

O caráter androcêntrico da epistemologia moderno-positivista é percebido a partir da crítica feminista à ciência que, sobretudo, coloca “em questionamento os parâmetros científicos definidores de quem pode ou não ser sujeito do conhecimento, do que pode consistir como conhecimento ou mesmo o que pode ser conhecido” (Sardenberg, 2002, p. 93):

[...] os principais pontos da crítica feminista à ciência incidem na denúncia de seu caráter particularista, ideológico, racista e sexista: o saber ocidental opera no interior da lógica da identidade, valendo-se de categorias reflexivas, incapazes de pensar a diferença. [...] Pensa-se a partir de um conceito universal de homem, que remete ao branco-heterossexual-civilizado-do-Primeiro-Mundo, deixando-se de lado todos aqueles que escapam deste modelo de referência. Da mesma forma, as práticas masculinas são mais valorizadas e hierarquizadas em relação às femininas, o mundo privado sendo considerado de menor importância frente à esfera pública, no imaginário ocidental (Rago, 1998, online).

O encontro entre o feminismo e as filosofias pós-modernas “tem propiciado o forjar-se de uma crítica feminista à ciência que a fere no seu cerne, sobretudo ao revelar as categorias de gênero implícitas na construção das noções de sujeito, racionalidade, objetividade e de outros semelhantes ‘princípios’ e estratégias epistemológicas associados ao pensamento iluminista” (Sardenberg, 2002, p. 95). Tal racionalidade orienta a forma como a realidade e os sujeitos podem ser compreendidos e discursivizados, obedecendo às lógicas dominantes e aos regimes de poder-saber (Foucault, 2012) que, em última instância, transformam diferentes em desiguais. O jornalismo pode ser refletido criticamente a partir destas perspectivas

e estratégias epistemológicas tanto em suas práticas como em suas relações de poder, e nos discursos e saberes que produz. Uma mirada de gênero pode ampliar essas compreensões, uma vez que

[...] tem-se no conceito de gênero um instrumento de análise do impacto das ideologias na estruturação não apenas do mundo social, mas também do intelectual, na medida em que gênero é também um elemento central na constituição do self, bem como um princípio classificatório de organização do universo (HEILBORN, 1991). Trata-se, assim, de uma categoria de pensamento e, portanto, de construção do conhecimento – daí porque os conceitos tradicionais de epistemologia devem ser reavaliados e redefinidos, no sentido de possibilitarem “[...] análises dos efeitos do gênero no e sobre o conhecimento (FLAX, 1990)” (Sardenberg, 2002, p. 93).

As lógicas positivistas-masculinistas se evidenciam no jornalismo hegemônico tanto nas relações de poder como no delineamento das práticas e nos tipos de conhecimento social (Genro Filho, 1987; Meditsch, 1992) que produz. Observando a organização das notícias, a hierarquia nas redações e os discursos sobre a realidade é possível perceber o quanto as relações de gênero e poder se equivalem à norma dominante na sociedade. Na hierarquia das notícias, as denominadas *hardnews*, ou seja, notícias “duras”, “fortes”, que numa analogia de gênero seriam masculinas, são aquelas que ocupam o lugar de maior prestígio. Não por acaso política, polícia, economia, campos historicamente convencionados como masculinos, são os que ofertam as *hardnews* (Veiga da Silva, 2014). Do mesmo modo, são os representantes desses lugares de poder que são majoritariamente convidados a servir como fonte e reproduzir os regimes de verdade nos discursos do jornalismo.

O viés androcêntrico pode ser percebido também na forja da identidade, nos valores e na cultura profissional como um todo. A mitologia em torno do jornalista, por exemplo, obedece à mesma norma masculinista: o furador – aquele que persegue o furo, o caçador, o herói, o defensor da democracia. A disputa, a competitividade, a proatividade, a autoridade-autoritária e a dominação são valores envoltos nesta mística. Tais valores incidem nas relações de poder e na hierarquia das redações, uma vez que se aproximam do poder e do prestígio os profissionais que reúnem os atributos convencionados como masculinos, o que em grande medida favorece os homens, mas não exclui as mulheres reconhecidas por reunirem tais atributos em suas características. Em consonância com a cultura da sociedade da qual é parte, o jornalismo possui uma cultura profissional que compartilha das convenções de gênero que delegam ao feminino um

lugar inferior, de menor poder e prestígio (Veiga da Silva, 2014). É nesse sentido que também a subjetividade é interdita, inferiorizada nos fundamentos da objetividade jornalística.

A subjetividade (e todos os elementos que estariam relacionados a ela, tais como a sensibilidade, o corpo, as visões de mundo dos sujeitos-profissionais), atributo convencionalizado como feminino, ocupa as bases da hierarquia no jornalismo. Compreendida como alijada da objetivação jornalística, por não ser considerada “prenhe da razão dualista e cartesiana”, a subjetividade é suprimida não apenas na linguagem, que visa à impessoalidade no discurso com fins de assegurar neutralidade, totalidade e valor de verdade. É suprimida também, em grande parte, nas reflexões críticas sobre as práticas, tanto pelos profissionais que as desempenham quanto por boa parte dos estudos sobre o campo. A exemplo de outros campos de conhecimento, a crítica nos estudos do jornalismo por muito tempo seguiu aproximada do “predomínio prolongado da História Social, de tradição marxista [que] secundarizou demais o campo da subjetividade e da dimensão simbólica” (Rago, 1998, online).

Nos procedimentos de apagamento do sujeito nos discursos pretensamente objetivos e neutros, a escolha das fontes é parte das estratégias que norteiam as práticas discursivas no jornalismo. “Nos limites da informação, a palavra do jornalista não poderia mais ser autorizada a não ser se evidenciasse a sua entrada em uma ordem do discurso jornalístico pela presença, entre outros elementos, do testemunho da fonte de informação e da ‘confissão da verdade’ (Dent, 2008) que a mesma supõe” (Marocco, 2011, p. 3).

Os livros de repórter são um dos espaços em que as resistências e a subversão destas lógicas podem ser percebidas, e por meio da reflexão crítica sobre as práticas das jornalistas-autoras deste “gênero” jornalístico, pode-se sugerir uma ruptura paradigmática e uma virada epistemológica, como passamos a discutir a seguir.

O livro de repórter e a crítica das práticas

A objetividade jornalística estabeleceu-se como um conceito cuja finalidade era produzir a verdade como “correspondência, descrição ‘fiel’ dos fatos e, com este sentido, ultrapassou o limiar da sociedade midiática” (Vattimo, 2009, p. 11). Para que fosse estruturada, além do rompimento com a literatura, outras estratégias

de objetivação do real foram estabelecidas. Assim, em meados do século XIX, *news* e *comments* ganharam espaços diferentes no jornal, qualificando a informação (notícia) e o comentário (opinião). A reflexividade sobre a prática, ensaiada na imprensa daquela mesma época (Marocco, 2004), tornou-se sem espaço em suas estruturas basilares, o que de algum modo salientará a possibilidade de ocorrência de brechas.

Nos livros de repórter, identificamos discursos sobre as práticas jornalísticas que retomam a possibilidade de “comentário”⁸: são mais do que uma “opinião” ou outro suporte para a reportagem, no caso, o livro. Estes materiais, à semelhança das teorias, geralmente se descolam da natureza institucional do jornalismo, e, igualmente, se descolam de um gênero endógeno, como o *ombudsman*. Às margens do jornalismo e de suas teorias, na medida em que reconhecem a existência de um texto primeiro, que já havia sido publicado nos jornais, ou está cristalizado nas teorias, materializam a experiência que havia sido sonogada nos jornais e incidem sobre as práticas jornalísticas (Marocco, 2012). Em ambos os sentidos, seja na apuração, seja no estilo, o comentário que se realiza sobre as práticas e as teorias promove certa utopia do jornalismo, um devir jornalismo. Os livros de repórter formalizam a existência do comentário à medida que cumprem um duplo papel: a) atualizam os textos que regulam o jornalismo (quer estejam nas teorias, quer nos manuais de redação); e b) auxiliam a compreensão da formação discursiva jornalística e do que estava articulado silenciosamente no texto primeiro (Marocco, 2011).

O “livro de repórter”, como um exercício de crítica das práticas jornalísticas, para além do comentário, apresenta a ação subjetiva e de resistência de um “repórter-autor”⁹. Daí conservarmos a expressão “livro de repórter”, enquanto essa designa um tipo de autoria individual afastada do *ethos* profissional e da autoria coletiva própria do tempo e do espaço do jornalismo. Essa prática em novas bases espaço-temporais não rompe com o jornalismo, embora o(a) “repórter-autor(a)” construa com seu trabalho um lugar de criação dentro do jornalismo, voltado ao exercício da crítica como reconhecimento do presente. Neste novo patamar epistemológico, o repórter aciona movimentos de investigação que projetam o acontecimento em sua complexidade, em um “poliedro de inteligibilidade”:

O poliedro possibilita compor, decompor e recompor acontecimentos, a partir do(s) ângulo(s) de entrada. Aí reside a riqueza, desencadear inúmeras possibilidades de compreensão da realidade. Transposto ao jornalismo, o “poliedro de inteligibilidade” pode auxiliar tanto na produção dos acontecimentos como na compreensão de como os acontecimentos discursivos se engendram, acionando e revelando uma rede discursiva que lhe é anterior e exterior. Para Foucault (1990), a análise dessas tramas busca reconstituir as condições de aparição de uma singularidade, a partir de múltiplos elementos determinantes, considerando que não é na natureza das coisas que se poderia encontrar o sustento, o suporte dessa rede de relações inteligíveis, é a lógica própria de um jogo de interações com suas margens sempre variáveis e de não certeza (Marocco, Zamin & Boff, 2012, p. 4)

Pode-se argumentar que os livros de repórter apresentam o exercício do jornalismo de outro modo e que são importantes para a constituição de um saber das práticas jornalísticas, que, ao romper com os modos de objetivação jornalística, resgatando a subjetividade, ampliando as vozes que compõem uma polifonia de fontes e possibilitando uma reflexividade sobre a prática, rompe com a hierarquia masculinista e positivista, fazendo emergir uma epistemologia mais afeita à diferença do que à totalização. Ou seja, ao ampliar as lentes e as escutas pelas quais a realidade e os sujeitos são observados, levando em consideração a subjetividade nos processos cognitivos envolvidos, potencializa um maior exercício de alteridade na prática jornalística. Aqueles considerados outros não são enquadrados e narrados, por parte dos repórteres-autores, na lógica binária e maniqueísta do “bem e do mal”, que via de regra transforma a diferença em desigualdades a partir dos padrões normalizadores da sociedade, e que servem como parâmetro na leitura da realidade a partir dos valores objetivos-subjetivos do jornalismo e dos jornalistas. Indica a emergência de um sistema de pensamento e de práticas que preveem a complexidade, e não a simplificação e o reducionismo, e cuja noção de objetividade se aproxima da objetividade feminista defendida por Donna Haraway (1995).

Com a perspectiva da objetividade feminista, Haraway trata da “localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto”, e indica os modos como podemos nos tornar responsáveis por aquilo que aprendemos a ver” (Haraway, 1995, p. 21). Ou seja, sinaliza os significados possíveis a partir de uma visão que se constitui a partir de sistemas de percepção ativos que constroem traduções, interpretações e modos específicos de ver. Deste modo, Donna Haraway sugere como afastarmo-nos das

perspectivas da totalização e do pleno relativismo, considerados por ela como “truques de Deus”, por serem entendidos como perspectivas que igual e inteiramente prometem uma visão de toda a parte e de lugar nenhum, comuns na ciência (Haraway, 1995) e no jornalismo. Por essa perspectiva, “a objetividade não diz respeito a desengajamento, trata de assumir riscos num mundo no qual nós somos permanentemente mortais, isto é, não detemos o controle final. Por último, não temos ideias claras e precisas” (Haraway, 1995, p. 41).

Eliane Brum, Alexandra Lucas Coelho e Fabiana Moraes, três jornalistas-autoras de livros de repórter, nos parecem expoentes das rupturas paradigmáticas e epistemológicas do jornalismo: de um jornalismo moderno-positivista-masculinista para um jornalismo pós-moderno-complexo-feminino; de uma objetividade positivista incorpórea para uma objetividade situada e corporificada; de uma visão que se promete totalitária para uma visão declaradamente localizada; de um pensamento binário para um pensamento complexo sobre a realidade; de uma ética construída sobre um ideário deontológico, prescrito por uma racionalidade fixa e tecnicista, que interdita a subjetividade e a reflexividade sobre a prática (e acaba por reproduzir relações desiguais de poder), para uma ética que prevê a subjetividade como caminho para a permanente reflexividade sobre a prática e em constante dialogia entre o eu e o outro (o que permite a alteridade e diminui o potencial de transformação de diferenças em desigualdades). Os depoimentos dessas jornalistas nos ajudam a refletir e repensar as práticas, aproximando de um devir do jornalismo, especialmente em seu potencial transformador e democratizador na sociedade.

O feminino que dá novo corpo ao jornalismo

A leitura dos livros de repórter das brasileiras Eliane Brum e Fabiana Moraes, assim como da jornalista portuguesa Alexandra Lucas Coelho, ajudou não apenas na elaboração da ideia de “livro de repórter”, vinculada à crítica das práticas jornalísticas, mas, sobretudo, para abertura da escuta sobre como essa reflexividade é feita pelas jornalistas, o que possibilita entrever pistas sobre a forja das identidades profissionais e do conjunto de saberes que orientam suas práticas, tomando a interdita subjetividade como *locus* privilegiado para a constituição da autoridade e de uma exegese sobre o campo.

Uma objetividade situada pressupõe que se possa deixar claro de onde se fala, se enxerga, se escuta – nossa “posição de sujeito”. No acionamento da memória discursiva sobre a forja das identidades profissionais, Eliane Brum, nascida em 1966, em Ijuí, interior do Rio Grande do Sul, e Alexandra Lucas Coelho, nascida em 1967, em Lisboa, capital portuguesa, ao serem entrevistadas, “falaram ao mesmo tempo de si e da profissão que escolheram. Isso nos ajuda a ter acesso a quem elas são – ou, no jogo travesso da memória, quem interpretam que são – mas também as significações que circulam no cotidiano do jornalismo” (Vieira, Veiga, Furtado, 2012, p. 130). Já Fabiana Moraes, nascida em 1974, no Recife, capital de Pernambuco, exercita sua reflexividade sobre si e sobre a prática jornalística na narrativa do livro *O nascimento de Joyci: Transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem*, dedicando um dos capítulos do livro para a defesa de “um jornalismo de subjetividade”. Ao descreverem suas práticas e trajetórias profissionais, as jornalistas resgatam suas histórias de vida e subjetividades (lugares e famílias de origem, visões de mundo, valores, sentimentos) como se fossem parte dos fios que tecem suas identidades profissionais. Não apartam o sujeito do profissional, nem o profissional das entranhas do jornalismo. Indicando suas posições de sujeito, nos dizem não apenas de onde e a partir de que lugar a realidade é percebida. As três nos dão pistas de uma prática “corporeificada”:

Desde pequena sempre fui uma escutadeira e uma olhadeira, nunca fui faladeira. Então, sempre preferia, em vez de ficar brincando, escutar os meus parentes mais velhos, o pessoal da comunidade. O meu tio tinha um bolicho (armazém), que era o bolicho da comunidade, onde o pessoal jogava cartas, comprava salame, tinha aquelas balas que só se encontrava lá. E eu ficava ouvindo histórias. Então eu comecei a me tornar repórter lá. [...] (Brum in Marocco, 2012, p. 72, grifos nossos).

Eu nunca quis ser outra coisa, eu sempre soube que queria escrever. A forma prática a partir daí era ser jornalista. [...] Esse desejo vem desde sempre. Eu venho de quê? Venho de um desejo de escrita e de conhecer o mundo. Então, o jornalismo, ele abre essa duas coisas: a vontade de escrever e a vontade de viajar. Então, essas eram as duas porções decisivas desde o início, desde que eu me lembro [...] Sei lá, desde que eu tinha 10, 11, 12 anos. [...] O jornalismo foi uma travessia que me permitiu fazer essa ponte entre a escrita e o mundo, que me permitiu viajar e ver o mundo. E aprender a ouvir as pessoas e aprender a olhar as pessoas. A questão do olhar é uma questão decisiva porque o jornalista é também aquele que consegue ver o maior número de coisas numa situação. Não há dois jornalistas que escrevam o mesmo texto em uma mesma situação, e a riqueza de um trabalho relaciona-se também com aquilo que aquele olhar traz, ou seja, nem toda a gente vê a mesma coisa (Coelho in Marocco, 2012, p. 158, grifos nossos).

Os sentidos – o olhar, a escuta –, as sensações, a intuição (atributos convencionados como femininos), normalmente alijados das prescrições para uma prática que se pretende objetiva e neutra, são elementos reiterados nas descrições das ações. O corpo e as emoções são discursivizados como parte da racionalidade no processo de cognição para a leitura e narração da realidade, e dão indicativos de ser um dos modos de deslocamento da objetivação jornalística. Em analogia com o pensamento de Eliane Brum, podemos pensar que talvez esses elementos subjetivos que caracterizam suas práticas sirvam como sementeira de um jornalismo menos “árido”, menos duro, menos masculino.

O que sinto cada vez mais é que no fundo, e aqui no Brasil isso é muito verdade, a tática é uma experiência sensorial. É como se o jornalismo fosse o corpo, fosse um corpo do leitor; fosse uma espécie de enviado especial do leitor. O jornalista é o enviado especial do leitor, então o corpo do jornalista é um corpo para ser trespassado por uma experiência sensorial, cognitiva, com o cheiro, com o que vê, com o que ouve. E essa experiência sensorial deve ser depois transmitida através do texto (Coelho in Marocco, 2012, p. 163, grifos nossos).

Acho que todo o meu processo foi muito intuitivo. Eu sempre chego chegando. E hoje eu sempre falo que nunca chego num lugar direto, chego lá saio do carro e entro no McDonalds, por exemplo. Eu fico sempre num canto, porque eu acho que esses cinco minutos que eu fico num canto olhando para a cena antes de interferir na cena é o que faz toda a diferença. Eu acho perfeitamente possível fazer isso no jornalismo diário e eu fazia isso durante 11 anos (Brum in Marocco, 2012, p. 75, grifos nossos).

Os mesmos cuidados mantidos para realizar uma boa reportagem devem estar na cabeça, no coração e nas mãos dos jornalistas na produção noticiosa diária [...]. É preciso também perceber que até mesmo a justificativa da pressa e da falta de tempo tem seus limites: matérias tóxicas (ainda que não aparentemente), que difundem preconceitos e naturalizações, que alienam em vez de esclarecer, como coloca Moretzsohn, são muito mais produções de um jornalista cujo olhar sobre o mundo tem limitações não possíveis para quem se habilita a ser um mediador social (Moraes, 2015, p. 219, grifos nossos).

A resistência aos controles discursivos pode ser percebida nos relatos em que a subjetividade é matéria-prima da prática. Os mitos relacionados ao tempo e a uma submissão às regras deontológicas prescritas para as relações com as fontes, por exemplo, são desmontados pelo exercício de uma prática guiada por outras condições de possibilidade na condução dos métodos.

Talvez ainda presas a um paradigma tão heroico quanto o da objetividade que quer se transmutar em verdade, deixemos de simplesmente reconhecer e trazer para a prática e para a escrita jornalística aquilo que foi abraçado sem medo pelo cineasta Eduardo Coutinho em seus documentários. Em uma

entrevista, ele sintetiza: “eu não filmo apenas pessoas, filmo uma relação entre mim e o entrevistado”. Significa dizer que, para dar conta de uma escrita que tente captar as pessoas em sua integralidade, o jornalista precisa estar também aberto ao que acontece enquanto ele se aproxima do personagem, ao potencial transformador desse encontro. Sem estar aberto à compreensão de suas próprias limitações e contentando-se em escrever o já previamente e precariamente escrito, aquilo que, em lugar de transformar, mistifica, ele perde a chance de promover a ação do próximo – e de si mesmo. Afinal, ao lado das exigências técnicas e vitais que formam o lastro do jornalismo, não podemos perder de perspectiva: emoção também é informação (Moraes, 2015, p. 27, grifos nossos).

Como repórter, a gente tem dois instrumentos que são os mais importantes: que é o olhar e a escuta. Eu me considero uma escutadeira da realidade. Hoje, inclusive, eu quase não faço perguntas. Claro, tem matérias e tem matérias, mas eu nos últimos anos comecei a perceber que as perguntas já são uma forma de controle (Brum in Marocco, 2012, p. 76, grifos nossos).

Eu tenho trabalhado um pouco nessa linha hoje, aprimorando essa questão da escuta, eliminando as perguntas. Eu vou perguntando depois, assim como quando eu chego em uma comunidade. Eu faço matérias e vou morando em alguns lugares e tal e sempre peço para as pessoas: “Mostra o teu mundo”. Porque o que a pessoa me mostra e o que ela não me mostra são coisas muito importantes para começar a entender como ela entende aquele mundo. Porque eu não sei nada desse mundo. Se eu vou com os meus preconceitos no sentido de achar que eu sei sobre esse mundo, eu só vou aumentar a minha ignorância. Então eu tenho que descobrir como aquela pessoa enxerga aquele mundo. Por que ela me mostra isso e não me mostra aquilo? Por que ela deixa de me mostrar tal coisa? Essas são questões importantes que eu só descobri dessa maneira. Esse é o jeito que eu fui entendendo e aprendendo intuitivamente, no fazer reportagem, no fazer jornalístico. É o jeito que eu trabalho e estou sempre descobrindo alguma coisa nova assim, a partir da experiência mesmo. Eu sou uma repórter muito mais da experiência do que de algum manual ou de qualquer coisa assim, duma experiência acadêmica. A minha construção é muito mais pela experiência, pela intuição (Brum in Marocco, 2012, p. 79, grifos nossos).

O jornalismo pode recorrer a recursos literários e cinematográficos e musicais e o que seja para contar uma história. Aquilo que se chama o jornalismo literário ou novo jornalismo fez uso de técnicas literárias para contar a história. No caso de “Tahir – um diário da revolução no Egito”, nunca, em nenhum momento, pensei: tenho, por exemplo, a obrigação de ir ouvir a polícia sobre este ponto. Então, nesse sentido, foi inteiramente livre. O objetivo era transportar a experiência física de estar na Praça Tahir. [...] Nem sempre é possível contrastá-las [as fontes]. Se estamos fazendo uma reportagem numa praça, quer dizer, vamos contrastar as fontes como? Vamos pensar em ouvir o Hosni Mubarak? Há muitas situações em que isso não faz sentido, é ridículo, até porque há muitas situações em que as autoridades já tem o seu espaço, o seu espaço midiático. [...] Mas há um momento em que eu saio da praça e vou às pirâmides. [...] Nas pirâmides os separatistas são críticos em relação à Praça Tahir. E para mim isso foi importante, porque criou uma situação de exterior em relação àquele espaço em que eu estava. Portanto, saio dali e vou olhar deste outro lugar para a Praça. E isso é importante (Coelho in Marocco, 2012, p. 172, grifos nossos).

No jornalismo brasileiro, a fonte tem ocupado uma função previamente concebida com base na posse de três qualidades: autoridade, produtividade e credibilidade. Geralmente tais qualidades são preenchidas pelas fontes oficiais, que ocupam posições institucionais, fornecem a informação mais rapidamente, a baixo custo. Sem proximidade teórica reconhecida a Michel Foucault, as três parecem tomar de empréstimo dele uma certa epistemologização da prática. Desde uma perspectiva foucaultiana, a fonte não corresponde à autoridade, não tem o ônus da prova, nem da verdade e nem terá uma forma jornalística prescrita nos livros de estilo. Em ações dentro e fora das redações, cada uma destas jornalistas desenhou táticas para dar sequência ao trabalho que tem como ponto de convergência a resistência ao modo de objetivação jornalística dos acontecimentos. São ações que se evidenciam na leitura das reportagens e livros de repórter de cada uma das autoras, nas quais personagens e fontes localizados à margem da sociedade (e do próprio jornalismo) emergem como protagonistas de relatos que igualmente dão uma dimensão mais profunda e permitem uma reflexão crítica de questões mais amplas de nossa sociedade. Em suas relações – no geral, horizontais – com as fontes, essas profissionais dão mostras da capacidade do jornalismo em cumprir com o papel de ampliação e diversificação de vozes que ajudariam a democratizar o espaço público. Mais do que isso, indicam o quanto essa diversificação é potencializadora de melhores encontros com a alteridade e, conseqüentemente, menos amplificadora de preconceitos:

Quando me pedem para me definir, eu digo que eu sou uma repórter de desacontecimentos. Eu falo isso como uma provocação. Porque eu trabalho com as pessoas ditas comuns. Com as pessoas supostamente comuns. As pessoas que nunca seriam notícia. Em geral, esse é o meu trabalho, é provocar. Porque o que é dado, o que é notícia, não é um dado da natureza como muita gente parece entender. É uma escolha histórica, é uma escolha cultural, uma escolha política, uma escolha econômica. Se assim é, e se eu também sou um ser histórico, eu também posso mudar. E é o que eu tento fazer no meu trabalho. É mostrar porque é que a morte de uns é mais importante do que a morte de outros. Porque é que a morte de uns é estatística e a de outros é manchete. Então, ao contar histórias de gente comum eu faço essa provocação. Por isso eu digo: eu trabalho com desacontecimentos. E na minha coluna eu tento, e isso parte de uma reflexão comigo mesma, de resistência comigo mesma, porque às vezes eu fico muito mal com algumas coisas, mas eu tento me recuperar. (Brum in Marocco, 2012, pp. 86-87, grifos nossos)

Hã, no entanto um fato poderoso que merece ser sublinhado nesse cenário de turbulência e questionamento sobre o jornalismo (fala-se inclusive, sabemos, de seu próprio fim): estamos diante da possibilidade de um quase renascimento

da prática – e digo quase porque, é claro, centenas de jornalistas espalhados no Brasil sempre privilegiaram a escuta integral do Outro e a busca pela construção da notícia que tivesse, em sua composição, tanto a apuração precisa quanto o respeito. Jornalistas que sempre entenderam, apesar de pressões e mal-entendidos, que a rotina e as práticas naturalizadas dentro de uma redação não podem subjugar nossa humanidade. Esses profissionais percebem que o não cuidado com o que mediamos provoca algo extremamente danoso não só para o profissional em si e para a sua fonte ou seu personagem mais direto, mas para a sociedade como um todo. Ao agir de forma apressada e instrumental com o próximo, o repórter termina não trazendo visibilidade a questões que precisam ser discutidas constantemente para serem, então, ultrapassadas, tais como racismo, classismo, homofobia, machismo (Moraes, 2015, p. 182, grifos nossos).

A dimensão ética, para essas jornalistas, é sempre perpassada pela relação de alteridade, pelos encontros com os que são considerados outros à margem da sociedade. Uma ética que reconhece explicitamente a dimensão da interpretação de um eu/nós sobre um-outro. Uma ética que reconhece as visões de mundo dos sujeitos-profissionais imbricadas nos processos simbólicos do jornalismo, o que demanda uma permanente crítica e autocrítica a fim de evitar que, nesses processos, as diferenças sejam transformadas em desigualdade. A ética não é estanque, é movimento e processo dialético; é a reflexividade permanente sobre a prática, o que nos permite exercitar a empatia e a alteridade.

Eu me coloco, não sou daquele tipo de jornalista que acha que paira sobre a realidade, que está acima da realidade. Eu me considero o que eu sou, um ser histórico, inscrito na cultura, falho, portanto, e assim eu vou pra rua. Acho que o movimento do repórter como eu vejo é um movimento de tentar se esvaziar de si o máximo possível, claro que a gente nunca se esvazia por completo. Mas se esvaziar dos nossos preconceitos, das nossas visões de mundo, do nosso julgamento. A gente sempre tem que lembrar que jornalista não é juiz. E se deixar possuir pela história do outro. Ser preenchida pela história do outro. Se tu vais cheia, não tem como ser preenchida (Brum in Marocco, 2012, p. 77, grifos nossos).

Eu acho que no jornalismo, na reportagem, os limites devem ser questionados todos os dias, porque não é fácil saber os limites, não tem fórmula pra isso, é uma reflexão constante. Todo dia tu tens que pensar se tu estás infringindo, se estás passando dos limites com as pessoas. Hoje, o meu limite é muito mais claro. O meu limite é me colocar no lugar do outro (Brum in Marocco, 2012, p. 80, grifos nossos).

[...] o jornalismo não pode refletir apenas sobre seus limites e práticas, mas também sobre que limites e práticas são estes e quais são as possibilidades de rompê-los. [...] Para absorver essas questões e, mais ainda, colocá-las em prática no exercício diário da profissão, o jornalista – aqui estamos falando de ética, filosofia, subjetividade – deve estar atento

a si mesmo, confrontando continuamente seu cabedal ético e moral, ou seja, sua visão particular de mundo, com aquilo que está posto no cotidiano, os fenômenos que nem sempre podem ser explicados de acordo com princípios morais específicos. Dizer isso não é negar nossa própria constituição, nosso histórico de socialização, aquilo que nos torna seres distintos uns dos outros; é, antes, entender nossas limitações para chegar a conclusão de que tal “neutralidade” está tantas e tantas vezes permeada exatamente por esse nosso histórico, ou seja, nunca é neutra em si. Essa reflexão nos ajuda a alcançar com mais amplitude os conflitos impostos no dia a dia e dentro do próprio jornalismo, evitando, assim, o que Karan chama de “tragédia intelectual”, percebida em um sem-número de matérias e reportagens feitas sob o signo da universalidade jornalística, mas que, na verdade, possuem bases fincadas em noções extremamente individuais do(a) profissional. É a noção de uma ética discursiva – ou ética da discussão – que precisa emergir e ser colocada em prática, iniciando e alimentando um processo de alargamento da consciência individual do jornalista, simultaneamente a uma ampliação do grau de cidadania e de participação política dos indivíduos. Um fenômeno está extremamente imbricado ao outro (Moraes, 2015, p. 200, grifos nossos).

A horizontalidade é ferramenta de encontro com o outro, a quem se pretende “escutar” e de quem não se “pretende arrancar nada” (Brum in Marocco, 2012, p. 80), muito menos “furar” ou qualquer tipo de ação impositiva ou dominadora. O mundo, a partir do prisma adotado por essas profissionais, não é mais percebido de forma simplista; é um mundo complexo, no qual o pensamento binário se dissolve. A “Verdade” abre espaço para um mosaico de verdades com a responsabilidade [de] produzir [um] documento de qualidade, que dê toda a complexidade da história que contamos, o maior número possível de verdades e de nuances (Brum in Marocco, 2012, p. 85, grifo nosso). Em suas práticas, essas jornalistas rompem com o ideário iluminista de “esclarecer”, “explicar” o mundo a partir de uma “verdade” totalitária desvelada por um método apoiado no pensamento binário (os “dois lados”) e baseada num ideário de simplificação e reducionismo que igualmente é autoritário (masculinista) e predomina no jornalismo hegemônico. Ao contrário, ajudam a complexificar os acontecimentos e dão a dimensão do que classificam como um “bom jornalismo”:

Para mim, o jornalismo é tão substantivo que não precisa de adjetivo. Há o bom jornalismo e o mau jornalismo. O que é o bom jornalismo? O bom jornalismo é aquele que entende que a realidade é muito mais complexa do que aquilo que é dito. Infelizmente boa parte dos repórteres se deixaram reduzir a aplicadores de hábitos em série. E a vida não é isso. Quando tu estás fazendo jornalismo assim, tu estás fazendo algo meio

criminoso, reduzindo a vida, reduzindo a complexidade do real. Então, o bom jornalismo é aquele que faz o dito e o não dito, faz os silêncios, que sabe que os gestos, os cheiros, são coisas tão importantes quanto a palavra. Então o bom jornalismo trabalha com tudo que é da realidade e leva ao leitor o mais próximo dessa complexidade, para que o leitor possa ir onde ele não foi e o repórter foi e, a partir daí, o leitor faça suas próprias escolhas (Brum in Marocco, 2012, p. 89, grifos nossos).

Entre as tantas e diferentes práticas que identificamos como modos de deslocamento da objetivação jornalística, as quais pensamos que esses excertos sejam capazes de demonstrar, salientamos as rupturas paradigmáticas e epistemológicas que as tais práticas parecem indicar, sobretudo com as condições limitantes de pensamento delineadas pelo ideário moderno-positivista-masculinista do jornalismo hegemônico. Sugerem pensar um tipo de objetividade capaz de cumprir a função democratizadora das vozes pelo jornalismo. Nesse sentido, a subjetividade é resgatada como potencializadora e, nessa ação, o feminino se eleva nas hierarquias de valores como uma racionalidade – e uma prática – subversiva ao masculino hegemônico no jornalismo:

É preciso pensar em um jornalismo que se utilize, sem constrangimentos, de subjetividade, reconhecendo-a como um ganho fundamental na prática da reportagem e mesmo na notícia cotidiana. Nela, são considerados, e não negados, os elementos que escapam da “rede técnica” dessa área do conhecimento. Assume-se que não é possível domar o mundo exterior – e o Outro – em sua totalidade (independente de estarmos lidando com um “fato” ou “acontecimento”), mas que devemos, antes, incorporá-lo, dentro de nossas limitações, às práticas jornalísticas. Assim, englobamos as fissuras e as subjetividades inerentes à vida – o resultado é uma produção na qual o ser humano é percebido em sua integralidade e complexidade, com menos reduções. É, certamente, um caminho para minar clichês e lugares-comuns que tantas vezes só engessam nosso olhar sobre o mundo. Reconhecer que não somos capazes de guiar comportamentos, falas, sentimentos e situações, aliás, não prejudica a narrativa jornalística; ao contrário, pode enriquecê-la. Parece óbvio, mas o fato é que grande parte da produção desse campo midiático funciona a partir de um imenso e terrível ato de manipulação e autoritarismo, no qual as pessoas e grupos são praticamente obrigados a se comportar, a responder e mesmo a sentir aquilo que o jornalista – quase sempre apressado ou ansioso para dar conta de algo que está em sua cabeça – quer. A inclusão daquilo que escapa ao nosso controle não significa o fim do respeito a uma prática/teoria na qual diversas regras da objetividade são vitais, mas acarreta seu necessário amadurecimento e o entendimento de limites teóricos, profissionais e individuais. Significa, enfim, pensar na produção dessa área de conhecimento de maneira dialética (e aqui não me refiro à dialética marxista, e sim em seu aspecto filosófico, como pensamento dinâmico que procura explicar a realidade

levando em consideração sua complexidade e constante instabilidade). É importante levar em conta que objetividade e subjetividade não podem ser extraídas da produção noticiosa, uma vez que estão imbricadas [...]. A notícia é feita a partir de uma articulação entre essas duas dimensões. Assim, numa prática que reconhece a subjetividade, não são colocados de lado elementos vitais do jornalismo – tais como a pertinência da informação, a checagem minuciosa de dados e fatos, a clareza na escrita – e, importante, não se assume a distorção deliberada do acontecimento (ou fenômeno). Afinal, é no campo da realidade socialmente compartilhada que o jornalismo estabelece seu índice, e, mesmo com a adoção de vários elementos da literatura na escrita, é essa a pedra fundamental da prática jornalística e o que a separa, no fim, da ficção. Dar conta dessa lógica no momento da produção não implica um jornalismo que deixa de lado a “Verdade”, maiúscula palavra vastamente utilizada para exprimir a ideia de excelência e que serve, há séculos, para blindar o próprio jornalista (Apenas relatei a verdade). Aliás, um dos motivos para a resistência em agregar essa prática subjetiva ao trabalho talvez seja a própria desmistificação do papel do profissional da imprensa, fenômeno que vem ocorrendo há muito, quer ele queira ou não (Moraes, 2015, pp. 159-160, grifos nossos).

Algumas considerações mais

Em tempos nos quais se insiste em um possível fim do jornalismo, estamos aqui preferindo discutir a vida que pulsa, se renova e se reinventa em uma mescla entre passado e futuro, mas que no presente talvez esteja sendo opacificada pelas lentes com as quais historicamente aprendemos a enxergar. Nesse sentido, destacamos as ações de três jornalistas nos livros de repórter. Para além de uma crítica das práticas, as ações de suas autoras expoentes são transformadoras: dão lugar à autoralidade individual. Interessa-nos, igualmente, situar a crítica das práticas jornalísticas e, por diferentes prismas, empreender ações de crítica das práticas. Ao fazermos isso no nível da análise, outros vieses epistemológicos emergem e entendemos como importantes de serem compartilhados como saberes que dão corpo a essa vida que vibra no jornalismo.

Trazer a crítica das práticas jornalísticas no trabalho de Eliane, Fabiana e Alexandra é dar a ver não apenas um conjunto de práticas bem-sucedidas em atuação no jornalismo – o que se confirma pelo amplo reconhecimento profissional das autoras tanto pelo público como por seus pares. É igualmente uma oportunidade de perceber que essas boas práticas, essas resistências, essa capacidade de agência, já estão em ação, e em consonância com

o que se costuma pensar sobre um devir do jornalismo: ajudam a ampliar e complexificar o olhar, a diversificar vozes e democratizar o espaço público, incitam o pensamento crítico, dão corpo e alma ao jornalismo. Em seus depoimentos, as jornalistas trazem um conjunto de saberes acumulados e, sobretudo, permanentemente refletido sobre a prática jornalística que permitem novos conhecimentos para o campo, novas perspectivas de pensamento que demonstram uma maior e melhor aproximação com o real.

Essas jornalistas, por meio de suas práticas (e da crítica das práticas jornalísticas) indicam uma ruptura paradigmática e epistemológica nas concepções sobre o real, a verdade e a objetividade no jornalismo. Responsabilizam-se por aquilo que veem e também sabem que a capacidade de enxergar nunca é a totalidade ou a “Verdade”, mas fragmentos de realidade possíveis de serem lidos dentro das condições limitadas e situadas de seus conjuntos de conhecimentos. Ao responsabilizarem-se por aquilo que presenciam, aproximam-se da objetividade feminista defendida por Haraway (1995), para quem “objetividade feminista significa, simplesmente, saberes localizados” (p. 12), indicando a perspectiva parcial e limitada do conhecimento que produzem. Fazem emergir os “saberes sujeitados” no campo, nos moldes do que Foucault nos ensina:

[...] blocos de saber históricos que estavam presentes e disfarçados no interior dos conjuntos funcionais e sistemáticos, e que a crítica pode fazer reaparecer pelos meios, é claro, da erudição. [...] Por ‘saberes sujeitados’, eu entendo igualmente toda uma série de saberes que estavam desqualificados como saberes não conceituais, como saberes insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos (Foucault, 2000, pp. 11-12).

Em uma perspectiva de gênero, as práticas jornalísticas desempenhadas pelas autoras fazem emergir o feminino interdito e inferiorizado nas hierarquias de valores do jornalismo, o que nos indica outras possibilidades de prática. E, igualmente, sugerem lentes mais complexas pelas quais a realidade e os sujeitos podem ser observados, demonstrando a incapacidade que as lentes forjadas no século XIX possuem para uma leitura do mundo no século XXI. Por esse prisma, certamente não se dá ao acaso que tal regime de pensamento e lógicas seja descrito e operado por mulheres que, assim como o feminino, historicamente ocupam as bases das estruturas de poder e de prestígio no campo. “Não por acaso”,

significa dizer que para as mulheres talvez seja menos dificultoso fazer emergir os atributos historicamente convencionados como femininos (a cooperação, o cuidado, a subjetividade, a emoção, a escuta, etc.) em função do processo de socialização e modos de subjetivação na cultura dominante. Entretanto, cabe ressaltar que, na perspectiva de gênero aqui adotada, nos interessa discutir o fato de que os atributos convencionados como masculinos (força, razão, objetividade, verticalidade, dominação, etc.) são aqueles que possuem melhor valor, maior poder e maior prestígio, tanto na sociedade de um modo geral como no jornalismo em particular, independentemente de se exercitados por homens ou mulheres. Nesse sentido, pode-se compreender que, apesar de o jornalismo brasileiro ser composto majoritariamente por mulheres (64%), as desigualdades de gênero permanecem na distribuição do poder e do prestígio. Esse dado pode ser observado em relação aos rendimentos entre homens e mulheres, bem como na observação de quais os atributos de gênero (independente do sexo/gênero dos jornalistas) são melhor valorizados para que se possa chegar ao topo do poder e do prestígio.

Em relação aos rendimentos dos jornalistas, por exemplo, a pesquisa “Quem é o jornalista brasileiro?”¹⁰ (2012), ao indicar que 64% das profissionais são mulheres, demonstra uma desigualdade com relação aos homens: as mulheres eram maioria em todas as faixas de até cinco salários mínimos e minoria em todas as faixas superiores a cinco salários mínimos. Os dados apontam que, enquanto 50% dos homens ganham menos de 5 salários mínimos, essa é a realidade de 65,5% das mulheres; bem como o percentual de quem recebe mais de 5 salários é de 46% para os homens enquanto apenas 31,9% das mulheres tem ganhos acima de 5 salários.

Na pesquisa de Veiga da Silva (2014) pode-se perceber que os atributos de gênero convencionados como masculinos eram parte das características reconhecidas como capazes de dar maiores e melhores condições para ocupação dos cargos de poder e de prestígio nas hierarquias do jornalismo, o que majoritariamente privilegiava os homens, mas também eram atributos acionados ou reconhecidos em mulheres que chegavam ao topo. Nessa mesma pesquisa, pode-se perceber que não apenas os sujeitos eram reconhecidos pelos atributos masculinos na ocupação do poder e do prestígio, mas as próprias notícias são constituídas de gênero e obedecem à mesma hierarquia vigente nas convenções de gênero

e poder da sociedade, cujo masculino ocupa o topo: na hierarquia das notícias, as que possuem maior valor são as *hardnews* (notícias duras, fortes, relacionadas a campos historicamente masculinos, tais como economia, política, polícia) e preferencialmente eram indicadas para serem realizadas por homens, mas não quaisquer homens, e sim aqueles reconhecidos por seus pares pelos atributos da coragem, da força, da competitividade, enfim, daquilo que socialmente associamos ao masculino. As poucas mulheres indicadas igualmente eram identificadas como detentoras de tais atributos “masculinos”.

Tomar gênero como uma categoria epistemológica e perpassada pelo conceito de poder nos ajuda a pensar as relações de poder inclusive e para além dos corpos e identidades dos sujeitos, e assim perceber como todas as coisas do mundo possuem um valor relativo a gênero. Conceitualmente, significa retirar o foco “das origens da opressão universal feminina”, vastamente privilegiada pelos estudos de gênero, e que, segundo Rosaldo, “acabaram apenas contrastando e insistindo repetidamente em diferenças presumivelmente dadas entre homens e mulheres, [para um prisma que privilegie] perguntar como essas diferenças são elas mesmas criadas por relações de gênero” (Rosaldo, 1995, p. 23). Nesse sentido, o conceito é aqui utilizado “com referência não a limitações biológicas mas sim [focalizando as] formas locais e específicas de relações sociais e particularmente de desigualdade social (Rosaldo, 1995, p. 22).

Compreendemos, portanto, que as práticas jornalísticas aqui analisadas demonstram uma resistência aos regimes de poder-saber masculinistas vigentes de forma predominante na sociedade, na cultura, na ciência e também no jornalismo. Fazem emergir com maior valor atributos historicamente convencionados como femininos e inferiorizados nas hierarquias do jornalismo e, ao subverter a lógica positivista-masculinista dos modos de objetivação jornalística, dão pistas de práticas capazes de proporcionar melhores encontros com a alteridade e melhores condições de não transformar diferenças em desigualdades. E suas ações nos parecem ser um bom “receituário” para os novos e necessários óculos (Bourdieu, 1997) a serem utilizados no – e para as leituras do – jornalismo.

NOTAS

- 1 Versão revisada e ampliada do texto apresentado ao Grupo de Trabalho Estudos de Jornalismo do XXVI Encontro Anual da Compós, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo - SP, 6 a 9 de junho de 2017.
- 2 A pesquisa “O controle discursivo que toma forma e circula nas práticas jornalísticas” foi realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação, com apoio do CNPq (Edital Universal/2009), sob coordenação de Beatriz Marocco.
- 3 Pesquisa de pós-doutorado intitulada “O nós e o Outro nas práticas jornalísticas de excelência: a história de vida de jornalistas reconhecido/as no Brasil como parte dos conhecimentos para o exercício da alteridade no Jornalismo”, desenvolvida por Marcia Veiga da Silva, sob supervisão de Beatriz Marocco, junto ao PPGCOM Unisinos e financiada pela bolsa PNPd-CAPES (2015-2020).
- 4 Autora dos livros *Coluna Prestes: o avesso da lenda* (Artes e Ofícios, 1994), *A Vida Que Ninguém Vê* (Arquipélago Editorial, 2006), *O Olho da Rua – uma repórter em busca da literatura da vida real* (Globo, 2008 / Arquipélago, 2017), *Uma duas* (LeYa Brasil, 2011), *A Menina Quebrada* (Arquipélago, 2013), *Meus desacontecimentos: a história da minha vida com palavras* (LeYa, 2014). Ganhou mais de 40 prêmios nacionais e internacionais de reportagem, como Esso, Vladimir Herzog, Ayrton Senna, Líbero Badaró, Sociedade Interamericana de Imprensa e Rei de Espanha. Em 2008, recebeu o Troféu Especial de Imprensa ONU. Foi escolhida entre os Top 10 dos + Admirados Jornalistas Brasileiros, em 2014 e 2015, segundo apuração do J&Cia, em parceira com a Maxpress. É também uma das mais Premiadas Jornalistas do País, ficando em primeiro lugar no ranking realizado pelo Portal dos Jornalistas no ano de 2016.
- 5 Autora dos livros *Os Sertões* (Cepe Editora, 2009), *Nabuco em Pretos e Brancos* (Editora Massangana, 2011), *No País do Racismo Institucional* (Ministério Público de Pernambuco, 2013), *O Nascimento de Joicy* (Editora Arquipélago, 2015). É ganhadora do Prêmio Esso de Jornalismo (por *Os Sertões*, 2009), Prêmio Esso de Reportagem (por *O Nascimento de Joicy*, 2011); Prêmio Esso Regional (*A Vida Mambembe*, 2007), Prêmio Petrobras de Jornalismo (2014), prêmio Embratel de Cultura (por *Quase*

- Branços, Quase Negros*, 2011). Ainda ganhou dois prêmios Cristina Tavares por *Os Sertões* (2009) e *Quase Brancos, Quase Negros* (2010).
- 6 Autora dos livros *Caderno Afegão* (Tinta da China, 2009), *Viva México* (Tinta da China, 2010), *Tahrir!* (Tinta da China, 2011), *E a noite Roda* (Tinta da China, 2012; Companhia das Letras, 2017), *Vai, Brasil* (Tinta da China, 2013), *O meu amante de domingo* (Tinta da China, 2014), *Deus dará* (Tinta da China, 2016). Recebeu prêmios de reportagem do Clube Português de Imprensa, Casa da Imprensa, Grande Prêmio Gazeta 2005, Grande Prêmio de Romance e Novela da Associação Portuguesa de Escritores (2012), em Portugal.
- 7 Eliane Brum e Alexandra Lucas Coelho foram interlocutoras na pesquisa “O controle discursivo que toma forma e circula nas práticas jornalísticas”, sob coordenação de Beatriz Marocco. Seus depoimentos estão reunidos junto aos demais jornalistas entrevistados na publicação “O jornalista e a prática” (Marocco, 2012). Já os depoimentos de Fabiana Moraes foram selecionados do livro *O nascimento de Joicy: transexualidade, jornalismo e os limites éticos entre repórter e personagem*.
- 8 Comentário é aqui entendido como decifração dos textos fundamentais do jornalismo (Foucault, 1996; Marocco, 2015).
- 9 Expressão cristalizada por pensadores franceses para designar uma geração de repórteres do século passado que se evidenciaram na prática do jornalismo.
- 10 A pesquisa “Quem é o jornalista brasileiro? Perfil da profissão no Brasil” foi realizada em 2012 pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC, em convênio com a Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ. Disponível em <http://perfildojornalista.ufsc.br/files/2013/04/Perfil-do-jornalista-brasileiro-Sintese.pdf>

REFERÊNCIAS

Bonetti, A. (2011). Antropologia feminista: o que é esta antropologia adjetivada?. In: A Bonetti, Â.M.F.L. Souza, (Orgs.), *Gênero, mulheres e feminismos* (pp. 53-67). Salvador/BA: EDUFBA: NEIM.

Bourdieu, P. (1997). *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Crespi, F., Fornari, F. (2000). *Introdução à sociologia do conhecimento*. Bauru, SP: EDUSC.

Foucault, M. (1996). *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola.

Foucault, M. (2000). *Em defesa da sociedade*. Martins Fontes, São Paulo, 2000.

Foucault, M. (2012). *Microfísica do Poder*. São Paulo: GRAAL.

Genro, Filho A. (1987). *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Recuperado de <http://www.adelmo.com.br/index3.htm>.

Grosfoguel, R. (2012). Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. *Contemporânea, Revista de Sociologia da UFSCar*, 2(2), pp. 337-362.

Haraway, D. (1995). “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva”. parcial. *Cadernos Pagu* 5, Campinas: Ed. Unicamp, vol. 5, pp. 7-41

Ijuim, J.K. (2013). “Imprensa e preconceito: o pensamento abissal nos meios de comunicação e a deslegitimação de grupos sociais”. *Anais do XIII Congresso Internacional IBERCOM – Comunicación, cultura e esferas de poder*. Recuperado de <http://www.imultimedia.pt/ibercom/xiii/atasxiiicongresoibercom.pdf>.

Marocco, B. (2004). Prostitutas, jogadores, pobres e vagabundos no discurso jornalístico. São Leopoldo: Editora Unisinos.

Marocco B. (2010). Os “livros de repórter”, o “comentário” e as práticas jornalísticas. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 33, 2010, Caxias do Sul. Anais. Caxias do Sul: Intercom, UCS.

Marocco, B. (2011). Os “livros de repórteres”, o “comentário” e as práticas jornalísticas”. *Contracampo*, 22, pp. 116-129.

Marocco, B. (2012). A contribuição dos repórteres para uma compreensão dos discursos jornalísticos sobre marginalidade. *Revista C&S – São Bernardo do Campo*, 34(1), pp. 39-56.

Marocco, B. (2012). *O jornalista e a prática: entrevistas*. São Leopoldo: Editora Unisinos.

Marocco, B.A. (2015). Os procedimentos de controle e a resistência na prática jornalística. *Galáxia.*, 30. Recuperado de <http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/21336/18254>.

Meditsch, E. (1992). *O conhecimento do jornalismo*. Florianópolis: UFSC.

Moraes, F. (2015). *O nascimento de Joicy*: transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem. Porto Alegre: Arquipélago Editorial.

Pontes, F. (2010). Teoria e história do jornalismo: confluências e divergências das teorias do jornalismo e da história. *Revista Interin*, Curitiba, 10(2). Recuperado de <http://seer.utp.br/index.php/i/article/view/94/69>.

Rago, M. (2015). Epistemologia feminista, gênero e história. Recuperado de <http://www.cntgaliza.org/files/rago%20genero%20e%20historia%20web.pdf>.

Rosaldo, M. (1995). O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. *Revista Horizontes Antropológicos*. Dossiê Gênero, 1(1), pp. 11-36.

Sardenberg, C.M. B. (2002). Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In: C. M. B. Sardenberg & A.A.A Costa (Orgs.), *Feminismo, ciência e tecnologia* (pp. 89-120). Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA.

Scott, J.W. (1990). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16(2), jul/dez, pp. 5-22.

Silvino, A.M.D. (2007). Epistemologia positivista: qual sua influência hoje? *Revista Psicologia, ciência e profissão*, 27(2), 2007. pp. 276-289.

Temer, A.C.R., Assis, F., Santos, M. (2014). Mulheres jornalistas e a prática do jornalismo de imersão: por um olhar sem preconceito. *Revista Media e Jornalismo*. 14(2), pp. 75-90.

Veiga da Silva, M. (2014). *Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias*. Florianópolis: Insular.

Veiga da Silva, M. (2015). Saberes *para* a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade. Tese de Doutorado. Curso de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS.

Vieira, K.M. Veiga, M., Furtado, T. (2012). As narrativas de si e os modos de operar na construção das práticas jornalísticas por jornalistas. In: B. Marocco (Org.), *Entrevista na prática jornalística e na pesquisa* (pp. 129-143). Porto Alegre: Libretos.

Marcia Veiga da Silva é jornalista, doutora em Comunicação e Informação pela UFRGS. Professora colaboradora e bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD – CAPES) junto ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos. Recebeu o prêmio Adelmo Genro Filho - SBPjor (2011) na categoria Melhor Dissertação de Mestrado e Menção Honrosa no Prêmio Capes de Teses na categoria Ciências Sociais Aplicadas (2016). Autora do livro “Masculino, o gênero do Jornalismo: modos de produção das notícias” (Insular, 2014). E-mail: marciaveiga2005@gmail.com

Beatriz Marocco é jornalista, pesquisadora e professora do PPGCC da Unisinos. E-mail: bmarocco@unisinos.br

RECEBIDO EM: 14/10/2017 | ACEITO EM: 11/02/2018